2 boletim 03-86 Adufpel

"PACOTE E ISONOMIA"

NOSSA POSIÇÃO SOBRE O PACOTE

Transcorridas duas semanas da implementação do programa proposto pelo Governo, através do Decreto-Lei nº2283 de 27/02/86 , se faz imprescindível uma profunda reflexão do efeito do mesmo sobre todos os setores da sociedade e em especial sobre toda a categoria dos professores universitários fundacionais.

Em primeiro lugar é importante observar que o pacote (plano de estabilização econômica) se impõe no conjunto da sociedade brasileira por sua própria lógica e pela força da mídia, que como era de se esperar tem regido com bastante eficácia a orquestração do mesmo. Neste sentido não sendo um plano de crescimento, nem uma modificação da estrutura econômica do país, o pacote é enfocado como um programa drástico contra a inflação (daí sua denominação de linguajar "economês" de "choque heterodoxo") estando, neste aspecto coincidente com os anseios populares.

Tendo como um de seus principais produtos o congelamento dos prëços das mercadorias e serviços, antiga reivindicação da classe trabalhadora, juntamente com lutas fundamentais como salário móvel e seguro-desemprego, o pacote vem gerando uma expectativa favorável na população. Neste sentido a própria categoria dos professores também está prestando seu apoio na disposição de, conjuntamente com todos os trabalhadores, fazer avançar tais reivindicações.

Entretanto, na prática, o confisco dos salários, trouxe significatica inquietação à todos os assalariados brasileiros, que já vinham perdendo salário real há vários anos seguidos. Assim, por exemplo, o cálculo do salário real médio a partir de 1º de março, pode ser perfeitamente questionado, uma vez que varia de categoria para categoria em função de suas conquistas no período imediatamente anterior ao decreto. É óbvio que, apesar da classe trabalhadora, embora engajada no objetivo geral do pacote, nao deseje tratamento diferenciado entre as distintas categorias.

Estas questões polemizam o assunto, pois certamente as categorias que obtiveram conquistas salariais nos primeiros meses de 1986, terão aumentos superiores aquelas que somente tiveram reajuste semestral.

No caso específico dos professores universitários fundacionais, a situação se agrava, pois se por um lado obtiveram reajuste a partir de 1º de janeiro, este cabe destacar, foi exclusivamente função da conquista de uma luta histórica do movimento docente pela isonomia salarial entre as fundações. Assim, depois de uma greve nacional de 45 dias, o plano de cargos e salários das fundações federais, aprovado há poucos dias do Decreto-Lei que impôs o pacote, poderá ficar deformado pelo mesmo.

É necessário salvaguardar os interesses de nossa categoria. Estamos dispostos, conjuntamente com os demais trabalhadores brasileiros, ao sacrifício e ao risco da operação que o pacote impõe a sociedade, ao confiscar nossos salários em mais de 50%, considerando o reajuste que teríamos em março/86, e confiando que no entanto efetivamente os preços dos bens e serviços sejam congelados até março de 1987 (quando teremos novamente revisão "real" de salário). Entretanto, não podemos retroceder em nossas conquistas, bem como não é possível retroceder ao arroxo de um salário já defazado: é preciso esclarecer que caso a isonomia nao seja respeitada a classe dos professores fundacionais terão somente um reajuste de 25%.

Outro ponto de vital importância na discussão sobre o pacote, é a necessidade de acabar com a falácia tão propagada nos

primeiros dias de sua implantação, e que, por sorte, já começa a ser revisada pela maioria dos segmentos da sociedade, de que a crítica sobre as medidas do governo é sinônimo de impatriotismo ou coisas do gênero. É preciso neste momento, mais do que nunca, fazer valer o postulado exatamente contrário a esta premissa demagógica e fascistóide. É importante que sejamos neste momento professores em toda a essência que nossa atividade confere, e em atos pedagógicos analizemos com realismo o pacote do governo, esclarecendo, baseados em diagnósticos bem argumentados os pontos obscuros que a " propaganda" sobre o mesmo trata de encobrir ou negar a validade da discussão.

O QUE ESTAMOS FAZENDO COM RELAÇÃO AO PACOTE:

Imediatamente após a implementaçao do pacote, nossa categoria tratou de prontamente conseguir entrar em contato com o Ministro da Educação. Neste sentido, dia 06 de março, a ANDES conseguiu uma audiência com o novo secretário geral do MEC (Aloisio Sotero), para tratar das consequências que o pacote trouxe a nossa categoria, e em especial de assuntos pertinentes a isonomia salarial entre as fundações. Nesta reunião, o MEC posicionou-se favoràvelmente a manutenção da isonomia, embora não garantisse sob forma alguma, alegando que este assunto estava diretamente relacionado com a área economica do Governo.

Dia 07 de março, a Diretoria da ANDES elaborou documento sobre o assunto a ser distribuido na imprensa nacional, chamando a atenção sobre o impacto do pacote na sociedade brasileira e em especial à categoria docente, avaliando a necessidade de uma "articulação ampla e efetiva de todos os setores organizados da sociedade e dos movimentos populares e sindicais para salvaguardar os seus interesses, face ao risco oferecido pelo pacote".

Dia 08 de março a ANDES promoveu uma reunião em São Paulo (PUC), com delegados de 45 instituições de ensino superior para avaliação geral do pacote, analise da pauta de reivindicações do Gl

timo Congresso e possíveis alterações em função das últimas medidas do Governo, e encaminhamentos futuros. Nesta reunião ficou evidenciada a necessidade de considerar à isonomia salarial com ponto inegociável, bem como a importância de um posicionamento firme da categoria sobre o assunto, uma vez que até aquela data não havia nenhuma garantia sobre a isonomia salarial.

Dia 11 de março a audiência previamente marcada com o Ministro da Educação foi transferida para o dia seguinte em função das alterações que estavam ocorrendo no pacote.

Dia 12 de março novamente a ANDES não foi recebida pelo Ministro da Educação que segundo informações recebidas havia sido chamado pela Presidência da República, tendo no entanto sido recebida pelo Secretário da SESU (Sr. Gamaliel Herval). A ANDES tratou de descaracterizar o encontro como audiência firmando posição de que exigia uma audiência com o próprio Ministro da Educação. O Secretário nesta reunião comunicou oficiosamente de que a isonomia estava garantida.

Mesmo com esta fonte extra-oficial a ANDES deverá manter audiência durante a proxima semana com o Ministro da Educação, quando então espera receber de uma vez por todas a garantia da isonomia salarial, uma vez que muitas Universidades Fundacionais negam-se terminantemente a reiniciar suas atividades acadêmicas sem uma confirmação sobre o assunto. Neste sentido cabe destacar que na reunião de São Paulo, por unanimidade foi tirada, a manutenção do indicativo de greve caso nossas conquistas não sejam respeitadas pelo pacote.

E OS ATRASADOS REFERENTE A JANEIRO E FEVEREIRO ?

Embora o pacote possa vir a deformar a isonomia salarial entre as fundações, o reajuste de janeiro e fevereiro proporcionado pelo novo PCS, foi respeitado e inclusive já pago em inumeras fundações, entre elas Rondonia, Rio Grande, São Carlos, Acre, Brasília e Uberlândia. Aqui na UFPel continuamos com o mesmo salário de setembro de 1985, carcomido pela violenta inflação de janeiro e fevereiro e pelo congelamento salarial de março. A solução desta questão é meramente burocrática, dependendo somente da Administração da UFPel remeter os formulários com o enquadramento pós-PCS. Não é possível justificar a demora na resolução deste assunto por parte da Reitoria.

Em Reunião mantida com o Pró Reitor Administrativo na manhã do dia 13 do corrente, a diretoria da ADUFPel foi informada de que os formulários de enquadramento de professores e funcionários técnico-administrativos da UFPel serão levados, em mãos somente na próxima quarta-feira dia 19 à Brasília. Segundo as informações obtidas através da ANDES e confirmadas pelo Pró Reitor, o MEC vem procedendo a avaliação dos enquadramentos em apenas 48 horas. Afirma o Pró Reitor Administrativo que, não havendo problemas com o material encaminhado, ate o dia 28/03 a UFPel estará pagando a diferença dos meses de janeiro e fevereiro e o salário de março devidamente reajustado.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Dia 14 de março, (Sexta-Feira) à tarde a Diretoria da ADUFPel manteve reunião com o Reitor da UFPel, contando com a participação do Vice-Reitor e Pró-Reitor Administrativo, para receber informações sobre a isonomia salarial.

Foi comunicado que até o presente momento as informações do MEC sobre o assunto tem sido por telefone, bem como, não há qualquer documento oficial. No último telefonema (sexta-feira pela manhã) receberam do Secretário de Orçamento e Finanças do MEC de que a isonomia seria respeitada. Assim o pagamento dos salários de janeiro, fevereiro e março seria feito da seguinte forma:

a) Março: o pagamento será realizado com 52,8 % sobre o salário de setembro;

b) Atrasados referentes a isonomia de janeiro, fevereiro e março: seriam pagos em folha suplementar, após aprovação do enquadramento pelo MEC. Neste sentido, a Reitoria da UFPel se compromete a mandar até dia 21 de março o plano de enquadramento para o MEC.

Também foi indagado pelo Diretoria da ADUFPel, qual seria o impacto do pacote sobre o orçamento da UFPel. Foi respondido pelo Reitor que o pacote impõe um corte de 30% do orçamento total da Universidade. Isto significa que todas as rúbricas terão esta redução para o presente ano, apontando tal situação para o CAOS da Universidade Brasileira, que somente poderá ser superado com crédito suplementar do MEC nos próximos meses.

TABELA SALARIAL COM E SEM ISONOMIA

CATEGORIA	SALÁRIO SETEMBRO A DEZEMBRO/85	SALÁRIO PCS JAN/FEV.	SALÁRIO C/ PACOTE E S/ISONOMIA	% REAJUSTE S/ISONOMIA	SALÁRIOS C/ PACOTE COM E ISONOMIA	% REAJUSTE C/ ISONOMIA	SALÁRIO IPCA(105,44% INTEGRAL
TITULAR	8.839	11.553	14.554	25,9	17.650	52,8	23.736
ADJUNTO I	7.274	9.259	11.879	28,3	14.140	52,8	19.022
ASSISTENTE I	6.286	8.213	10.347	25,9	12.540	52,8	16.184
AUXILIAR I	5.029	6.527	8.261	26,5	9.970	52,8	13.409

OBS: VALORES ESTIMADOS PARA A UFPel, SEM CONSIDERAR VANTAGENS COMO QUINQUENIOS, SALÁRIO FAMÍLIA ETC.

TABELA SALARIAL CAVG

MM-D	-	9.715	-	-	14.844	52,8%	19.958
MM-C1	-	6.439	-	-	9.838	52,8	13.228
MM-B1	-	5.279	-	-	8.066	52,8	10.845
MM-A1	-	4.358	-	-	6.659	52,8	8.953

TRANSPORTE PARA O CAMPUS

O reinício das atividades na UFPel, após as férias, traz novamente à tona o crônico problema do transporte até o Campus, realçado pelo súbito aumento das passagens pagas pelos usuários, de 200% acontecido justamente na véspera de ser anunciado o pacote econômico do governo que congelou preços e salários.

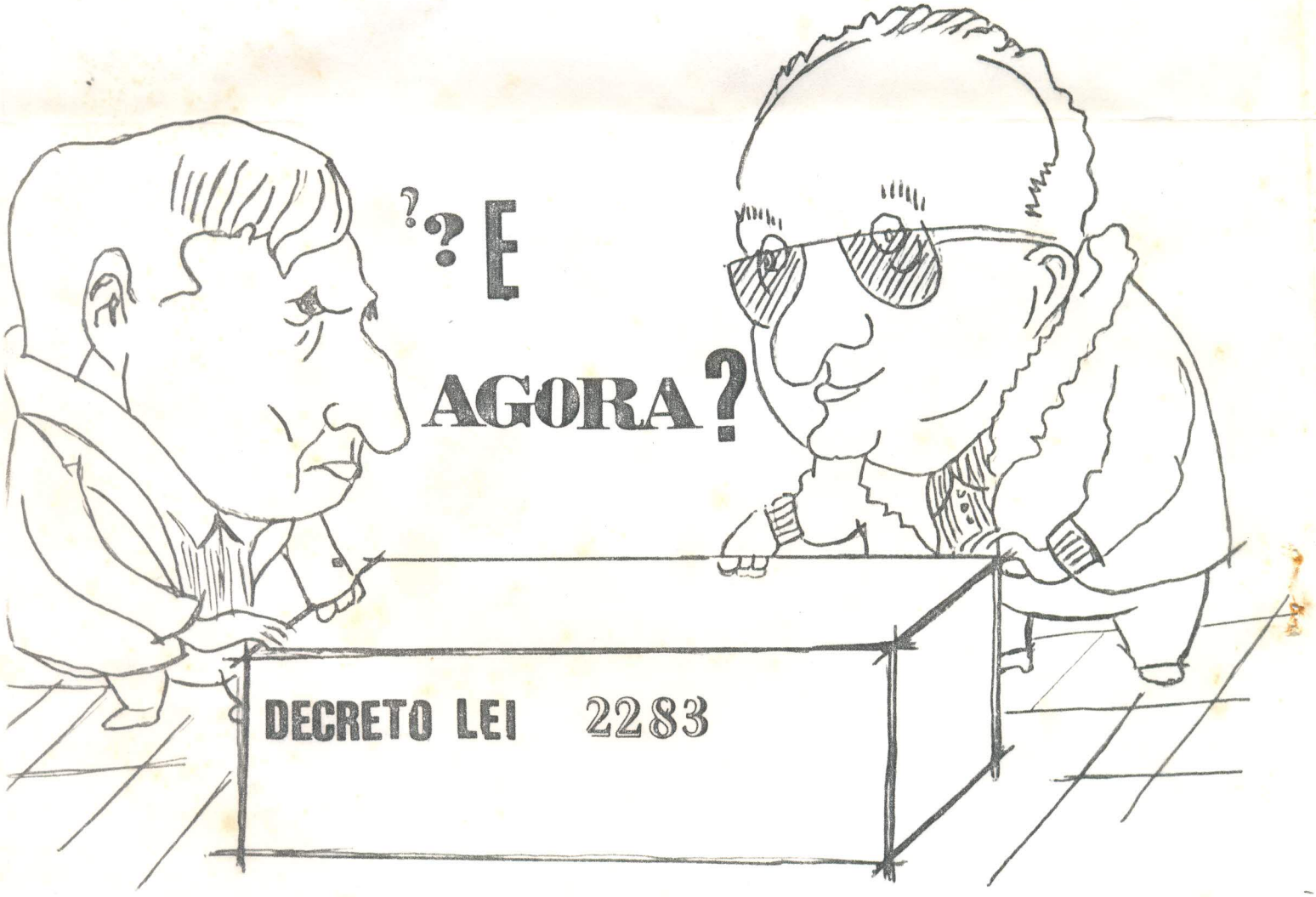
Na verdade, de tantas dificuldades que foram sendo introduzidas através dos últimos anos, a maioria dos professores procurou formas alternativas para garantir o deslocamento até o Campus. Disso não decorre, no entanto, que a categoria dos professores deixe de estar radicalmente envolvida com o assunto, que atinge a Universidade como um todo, porque atinge de forma mais cruel aos membros da comunidade universitária que têm maiores limitações de recursos.

O continuado desequilíbrio entre o crescimento dos preços e dos salários a que a população brasileira vem sendo submetida desde muito, favoravelmente aos preços, é claro, desaguaria inevitavelmente nesta situação em que, as necessidades mais triviais, aquelas que tempos atrás pagava-se com os trocados, passarem a pesar tanto no orçamento, que hoje não seria exagero dizer, com relação ao preço do transporte, que o servidor paga para trabalhar e o estudante paga para, se puder, estudar na UFPel.

Certamente não será pelo lado do assalariado ou do estudante, já sobrecarregados com o ônus dos achatamentos sucessivos, que devem recair os custos da necessária e urgente solução para o problema, e é bom que todos nós incluamos, também a questão transporte, no rol de motivos que tornam cada vez mais urgente a CONSTITUINTE UNIVERSITÁRIA.

JEREMOS
SALÁRIO
REAL
JAN/FEV

CONSTITUINTE
NA
UFPEL
JÁ

MAIS
VERBAS
PARA A
EDUCAÇÃO!?

E A
ISONOMIA?